

Gilmar Mendes é sorteado para relatar inquérito contra Aécio Neves

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, será o relator do inquérito aberto contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) por suspeitas de que o parlamentar teria recebido vantagens de empreiteiras. A investigação foi redistribuída por sorteio eletrônico nesta sexta-feira (23/6) a partir de um pedido da Procuradoria-Geral da República.

Carlos Moura/SCO/STF



Gilmar Mendes será o relator de um dos inquéritos que tramitam contra Aécio Neves no STF.
Carlos Moura/SCO/STF

Antes disso, o relator do inquérito era o ministro Edson Fachin, que é responsável pelas ações na corte relacionadas a desvios cometidos na Petrobras. Como o inquérito contra o senador tucano não tem ligação direta com as suspeitas envolvendo a estatal, a PGR pediu a redistribuição.

A abertura da investigação foi autorizada por Fachin em abril, atendendo a pedido da PGR com base nas delações premiadas dos ex-executivos da construtora Odebrecht Marcelo Odebrecht, Benedicto Barbosa da Silva Júnior, Sérgio Luiz Neves e Cláudio Melo Filho.

Segundo as investigações, há indícios de que Aécio Neves teria cometido os crimes de lavagem de dinheiro e corrupção ativa e passiva. De acordo com o Ministério Público, os delatores afirmaram e apresentaram documentos relacionados a supostas vantagens indevidas concedidas ao tucano e seus aliados durante a campanha à Presidência de 2014. O parlamentar terminou a disputa em segundo lugar.

Em maio, o senador foi afastado das funções legislativas após a divulgação da delação premiada de executivos do grupo JBS. Nessa semana, o STF adiou o julgamento sobre a prisão de Aécio e determinou a soltura da irmã e do primo do senador afastado, investigados na mesma operação.

Deboche

Nesta sexta-feira (23/6), o presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, João Alberto Souza (PMDB-MA), [arquivou](#) o pedido de cassação movido contra Aécio Neves (PSDB-MG) por quebra de

decoro. Ele foi alvo do procedimento após ser flagrado em escutas pedindo R\$ 2 milhões a Joesley Batista, um dos donos da JBS.

Reprodução



Pedido de cassação do mandato de Aécio foi arquivado pelo presidente do Conselho de Ética do Senado.
Reprodução

Na ligação o tucano afirmou que [precisava de dinheiro para pagar sua defesa](#) em outros processos da “lava jato”. Ao arquivar o pedido, João Alberto Souza alegou que a representação movida pelo também senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) não tem provas que comprovem a quebra de decoro.

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, a ação de Souza é um "deboche" com a sociedade e uma "agressão" ao Estado Democrático de Direito.

Cabe mais um

Um dia antes do arquivamento no Senado, o ministro Marco Aurélio, do STF, [abriu novo inquérito contra Aécio Neves \(PSDB-MG\)](#). Nesse caso o senador afastado responderá pelo crime de lavagem de dinheiro.

Será investigado, segundo a Procuradoria-Geral da República, suposto pagamento de mais de R\$ 60 milhões em propina por meio de notas fiscais frias da JBS. Marco Aurélio Mello [tornou-se relator de casos contra Aécio](#) após o antigo relator, Luiz Edson Fachin, atender ao pedido da defesa do senador afastado e redistribuir a relatoria do caso. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

24/06/2017